

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário divulga o número de outubro de 2018 do periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*. Esta publicação traz quatro artigos atrelados ao ambiente econômico e político do país, além das seções fixas do Panorama Econômico e Indicadores.

A primeira incursão discute a proposta recriação da CPMF, de triste lembrança para a maioria dos brasileiros, apresentada pelo coordenador econômico de uma das candidaturas à presidência da república.

O segundo texto interpreta o cenário de ocorrência do evento de “polarização nos extremos” na corrida presidencial e as possibilidades de viabilização do chamado voto útil ainda no primeiro turno.

A terceira reflexão ressalta a deterioração do ensino superior no Brasil, à luz de levantamento realizado por uma entidade internacional, que aponta progressiva diminuição do número de universidades nacionais no elenco das mil melhores do mundo.

Por fim, na quarta contribuição, o discente de pós-graduação da FAE Business School, Marcos Meneguci, descreve o desempenho recente da construção civil brasileira, crucial para a compreensão da trajetória do emprego e do investimento.

Ótima leitura.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

CPMF: INCÔMODA VIAGEM NO TÚNEL DO TEMPO

Gilmar Mendes Lourenço

Em suposta reunião fechada, acontecida na GPS Investimentos, Paulo Guedes, encarregado da elaboração do programa econômico do candidato à presidência da república pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, teria acenado a possibilidade de criação de um apreciável gravame sobre transações financeiras. Também teria sinalizado a intenção de encerramento da diferenciação da taxa do imposto de renda (IR) por faixas de rendimentos, com o lançamento de uma alíquota uniforme de 20,0% para pessoas físicas e jurídicas.

A despeito da falta de detalhamento da proposta, o que se apreende, até aqui, é que a sugestão de surgimento de um “super imposto do cheque”, cobrado sobre qualquer registro de saída de numerário das contas bancárias, responderia por parcela expressiva das receitas da união, em substituição a vários itens de arrecadação, inclusive a contribuição previdenciária patronal.

Na prática, trata-se de tentativa de desenterro da contribuição provisória sobre movimentações financeiras (CPMF), cobrada entre 1997 e 2007, que compreendeu elemento de permanente sedução de técnicos e políticos atrelados ao poder. Por ser de fácil implantação e controle, e incidir sobre a movimentação de enorme montante de recursos, constitui opção fácil para a elevação das receitas públicas a custos ínfimos, em clima de precária interferência coletiva na fiscalização do direcionamento dos recursos.

A propósito disso, em carta aberta à sociedade brasileira, divulgada por ocasião do encerramento do XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Sinc), o Conselho Federal de Economia (Cofecon), liderado pelos delegados nacionais e regionais, sublinhou que “impostos sobre dividendos e CPMF alcançam mais os mais ricos”.

Na verdade, a gênese da CPMF repousa no imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF), instituído em 1993, no governo Itamar Franco, marcando um dos pilares fiscais do plano real, deflagrado em 1994. O conjunto apreciável de críticas e a disponibilização de outras ferramentas direcionadas ao reequilíbrio das finanças governamentais - especialmente o fundo social de emergência (FSE), vigente até os dias atuais com o nome desvinculação das receitas da união (DRU) -, resultou na sua extinção.

Os desequilíbrios orçamentários ocasionados pela âncora monetária e cambial do real oportunizaram o esforço político de ressurreição do tributo, em 1997, carregando o nome CPMF, cujos ingressos atenderiam as necessidades de cobertura dos dispêndios com a área de saúde. Por absoluta ineficácia, dez anos depois, foi deliberada, pelo senado, sua eliminação do elenco de contribuições, em contraposição aos desejos do governo Lula.

*As cicatrizes
econômicas e sociais
geradas pela CPMF
permanecem vivas
na memória dos
brasileiros.*

Porém, as cicatrizes econômicas e sociais geradas pela CPMF, principalmente por ter afetado as posturas estratégicas das empresas, o comportamento dos consumidores, a curva de preços e o ambiente de negócios, permanecem vivas na memória dos brasileiros.

É fácil perceber que a aplicação linear da alíquota (que variou entre 0,20% e 0,38% de cada operação bancária), em cascata sobre todos os elos da cadeia de produção e negócios, fez o imposto assumir a posição de protagonista na extração compulsória de haveres da órbita privada para saciar o apetite do endividado setor público, sem que houvesse a ocorrência de qualquer melhoria qualitativa dos itens de serviços alvo da alocação da tributação incremental.

Não é preciso ser um arguto observador da evolução da macroeconomia para notar os efeitos deletérios da CPMF sobre as margens de lucro, competitividade e investimentos das corporações, nível de emprego, inflação e, sobretudo, poder de compra da população mais pobre que, como proporção da renda, pagou muito mais imposto do que as classes abastadas que realizaram vultosas aplicações no mercado financeiro.

Parece prudente entender que o anárquico sistema tributário nacional recebeu, durante mais de dez anos, a companhia de um mecanismo de cobrança multiplicada, por abarcar também o pagamento de outros componentes da carga como IR, IPVA, IPTU, ICMS e INSS, e que representou mais de 3,0% da arrecadação total naquele período.

Portanto, a defesa do retorno da CPMF e recolhimento do IR baseado em alíquota única constitui o convite para uma desagradável viagem no túnel do tempo. Mais que isso, é autêntica negação da urgência de perseguição da justiça social, mediante uma ampla mudança do aparato tributário do país, extremamente regressivo e que penaliza a pessoas mais humildes.

Isso é particularmente preocupante quando se denota o acentuado grau de desigualdade social prevalecente por essas paragens, onde 1,0% da população abocando quase 1/3 da renda e 52,0 milhões de pessoas (25,0% do total) vivem abaixo da linha de pobreza (menos de US\$ 5,50 por dia, de acordo com o Banco Mundial), para a qual foram empurrados pela conjugação entre estagnação econômica e falência do estado.

Por fim, o presente foco na CPMF e IR consubstancia a famosa solução fácil para uma questão complexa e negligencia a premência de montagem de um novo arranjo federativo, que possa favorecer também a redução das disparidades regionais ao devolver capacidade de arrecadação e gasto aos entes mais próximos do cidadão, representados por estados e municípios.

POLARIZAÇÃO NOS EXTREMOS E VOTO ÚTIL

Gilmar Mendes Lourenço

Dentre as várias expressões elitistas empregadas pela ciência política, pelo menos duas, intimamente ligadas, que vinham marcando e delineando o processo de sucessão presidencial brasileiro, esboçaram um curso de intensificação nos últimos dias. São elas a polarização nos extremos e o voto útil.

Mais precisamente, a progressiva evolução do candidato Jair Bolsonaro (PSL) e a disparada de Fernando Haddad (PT) - logo depois do anúncio oficial da mudança da condição de vice para titular da chapa, em substituição à Lula - nas sondagens de intenção de voto popular, conduziram a contenda para áreas populistas diametralmente opostas e enfraqueceram as alternativas colocadas ao centro do palco de arregimentação de votos.

De um lado conformou-se a vertente avaliada autoritária, inexperiente e despreparada, localizada na extrema direita e, de outro, perfilou-se o bloco conhecido como de esquerda, que fora atingido em cheio pelo impedimento da ex-presidente Dilma e a prisão de Lula, eventos que, de acordo com a hipótese capitaneada pelas principais peças políticas e os intelectuais orgânicos da corrente, resultariam de um “golpe de estado”, desferido em maio de 2016, sob o patrocínio do congresso nacional.

Ainda que a trajetória política de Haddad tenha exprimido perfil e comportamento mais moderado, o postulante petista encontra-se completamente afetado e/ou influenciado pelo não fechamento das feridas abertas, no front daquele partido, pelos episódios do mensalão e petrolão que, dentre outros embaraços, provocaram enormes estragos na gestão dos orçamentos públicos e no fluxo de caixa das companhias estatais.

As pesquisas demonstram a aceitação coletiva da supressão do diálogo e moldagem do embate nos termos “nós contra eles”.

Não obstante, as pesquisas demonstram a aceitação coletiva da supressão do diálogo e moldagem do embate nos termos “nós contra eles”. Isso porque se há três meses cerca de 1/3 do eleitorado manifestava o desejo de votar em branco ou nulo, em confronto de segundo turno travado entre o então reserva de Lula e Bolsonaro, presentemente a omissão teria declinado para 17,0%, o que demonstra que metade dos insatisfeitos teria feito a opção pela hospedagem em uma das duas bordas.

A produção de tal quadro pode ser imputada ao fracionamento, em duas grandes porções, dos interesses e aspirações sociais em ambiente de consolidação democrática, evidenciados pela valorização e esperança de regresso da multiplicação das iniciativas oficiais de transferência de renda, da época de Lula, e na crença da arregimentação e otimização

das forças de sufoco da corrupção e da malversação de recursos públicos e das mazelas decorrentes, especialmente o alargamento da desordem.

Porém, não se deve perder de vista a interferência do aprofundamento do repúdio a (ou descrença em) retóricas e propostas conciliadoras e convergentes, formuladas e apresentadas insistentemente por uma espécie de terceira via, começando com a montagem de situações com João Dória (PSDB) e Luciano Huck, passando pelo namoro, mesmo raivoso e destemperado, com Ciro Gomes (PDT) e chegando a constituição de um elenco com velhas siglas que confeririam envergadura política e apreciável tempo de propaganda eleitoral gratuita ao presidenciável Geraldo Alckmin (PSDB).

Nas circunstâncias atuais, parece cada vez menos provável que a população votante venha a adotar posturas amparadas na escolha útil, centradas na abdicação da preferência e alinhamento ideológico original, em favor daquela com capacidade de derrubar a alternativa rotulada como “mal maior”.

Isso significa que a transferência de votos de Haddad para Ciro, no caso das esquerdas, notadamente na região nordeste, inclusive em detrimento da autenticidade de Marina Silva (Rede), e a migração dos eleitores de centro e direita, comprometidos com Álvaro Dias (Podemos) e Henrique Meirelles (MDB), na direção de Alckmin afigura-se cada vez menos factível. A conferir.

EPISÓDIO ELEITORAL E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

O delineamento quase que definitivo do fenômeno conhecido como polarização política no ciclo eleitoral brasileiro vem represando qualquer esforço sério de discussão dos desafios a serem enfrentados para a restauração das bases de um projeto de nação.

De fato, prevalece um ferrenho antagonismo entre as frações majoritárias nas preferências dos cidadãos, captadas pelas sondagens de opinião. De um lado perfilam-se os defensores do regresso do conservadorismo autoritário, implícito no suposto resgate da ordem e da moral, e, de outro, situa-se a multidão de obedientes seguidores do comandante condenado, hospedado em uma sala, transformada em cela, nas dependências da Polícia Federal, em Curitiba.

Especificamente quanto à educação aparecem diagnósticos dos mais variados, com ênfase para os que sublinham os notáveis progressos inclusivos, com mobilidade social, verificados entre 2003 e o princípio de 2016, em contraste com o enorme processo de fechamento de oportunidades, expresso no contingente de 12,7 milhões de pessoas desempregadas à procura de trabalho no país, em agosto de 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do IBGE.

O pior é que se for incorporado o contingente populacional desalentado, que desistiu de procurar ocupação, ou exerce funções precárias no mercado de trabalho encurtado, a investigação do IBGE contabiliza 27,5 milhões de brasileiros praticamente marginalizados do consumo.

Constata-se, de forma lastimável, a contínua queda da participação brasileira no elenco das mil universidades mais prestigiadas do mundo.

A esse respeito, em tempos de proliferação de evidências de rápido delineamento e acentuação de uma espécie de quarta revolução industrial nas economias capitalistas, constata-se, de forma lastimável, a contínua queda da participação brasileira no elenco das mil universidades mais prestigiadas do mundo, de acordo com a publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos mais criteriosos veículos de aferição da qualidade do ensino superior, em escala global.

Para a feitura do ranking, constituído por 1.250 universidades atuantes em 86 países, a revista levanta, para cada uma das entidades, dados de número de citações em pesquisa, grau de internacionalização, patamar de titulação dos docentes, repasse de conhecimentos produzidos à sociedade, dentre outros indicadores relevantes.

O Top Five da relação para 2018 engloba as Universidades de Oxford e Cambridge, do Reino Unido, e de Stanford, Massachusetts Institute of Technology (MIT) e California Institute of Technology, dos Estados Unidos (EUA). As nacionais melhores colocadas são a Universidade de São Paulo (251^ª-300^ª) e Unicamp (401^ª-500^ª). A partir do 200^ª lugar, o periódico procede à divulgação por faixas, sem o fornecimento do score individual.

No caso brasileiro, a revista identificou redução, pelo segundo ano consecutivo, do número de escolas entre as mil. A quantidade de instituições que figuravam no grupo caiu de 27, em 2016, para 21, em 2017, e 15, no corrente exercício. A retração da presença das organizações nacionais na seleta lista deriva, essencialmente, da deterioração do ambiente de ensino e pesquisa, da qualidade acadêmica e produção científica e da fragilização da inserção externa das distintas unidades escolares, sobretudo o intercâmbio de professores.

Por trás desse desempenho ruim surge o drástico corte do volume de verbas aportadas dos orçamentos públicos e o encolhimento das parcerias e, por extensão, das captações, junto às empresas privadas, por conta da profunda recessão experimentada pela economia do país desde o começo de 2014, que fez, por exemplo, a taxa agregada de investimento despencar de mais de 20,0% do produto interno bruto (PIB), em um intervalo de quatro anos.

O montante de financiamento aportado em atividades de pesquisa e qualificação de quadros, por meio de entidades de fomento como CNPQ e Capes, corresponde à metade do disponibilizado em 2014.

Decerto que há também a influência decisiva exercida pelo superdimensionamento da expansão dos órgãos de ensino governamentais, sem a paralela adoção de procedimentos contemporâneos de gestão, abrangendo critérios privados, voltada à maximização da utilização dos recursos disponíveis, o que serviu para impulsionar os dispêndios com folha de salários e custeio e prejudicar a alocação de haveres para investimentos.

O time das instâncias rebaixadas, entre 2017 e 2018, é formado pelas universidades federais do Ceará (UFC), do Rio Grande do Norte (UFRN), de Pernambuco (UFPE) e de Itajubá (Unifei). Igualmente ficaram de fora as universidades estaduais do Rio de Janeiro (UERJ) e de Ponta Grossa (UEPG).

INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO

Marcos Meneguci

Mais do que termômetro, o setor da construção civil é o motor propulsor do crescimento de qualquer economia. Sinalizador do investimento, toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento, com o direcionamento de recursos para educação, saúde e segurança, sistemas de transportes eficientes e matrizes energéticas adequadas, é resultado da atividade econômica da construção civil. Um dos maiores indutores de emprego e renda, responsável por empregar inclusive a mão de obra de baixa qualificação, é o segmento que mais vem sofrendo com a crise econômica que se instalou no país, desde o segundo trimestre de 2014, agravada pelos escândalos de corrupção envolvendo agentes públicos e algumas das maiores construtoras do país.

Com a retração da atividade econômica, a indústria brasileira opera atualmente nível de ociosidade de 21,9%, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que tem inviabilizado novos investimentos. Dada a sua importância para o desenvolvimento de tecnologia, geração de empregos, aumento do consumo das famílias e aumento das exportações, a redução da atividade industrial no Brasil levou a economia a estagnação. A reduzida credibilidade do governo, o rebaixamento das notas de crédito do Brasil junto às agências internacionais, o aumento do risco país e o ambiente de incerteza política, comprimiram os investimentos industriais, afetando diretamente a construção civil, responsável pela implantação dos grandes projetos.

Diversas foram as crises enfrentadas pelo Brasil ao longo de toda a sua história. Seja as que se ocorreram em 1945 e 1964, caracterizadas pela derrubada de forças no poder, seja as de 1930 e 2009, motivadas por fatores externos, em todas as situações a economia brasileira demonstrou capacidade para se recompor ao longo de um período máximo de um a dois anos.

Ao contrário das instabilidades anteriores, a prolongada estagnação econômica que atinge o país é decorrente da deterioração fiscal, consequência de erros estratégicos cometidos pelos governos no decorrer dos últimos 10 anos. O uso do crédito direcionado abundante, do aumento dos gastos do governo e das desonerações fiscais comprometeu progressivamente o superávit primário, o qual se converteu em sucessivos déficits a partir do segundo trimestre de 2014.

O governo central também freou os reajustes de preços dos combustíveis, por meio de subsídios da Petrobrás. Contornou os aumentos no preço da energia elétrica com subsídios da Eletrobrás e manteve o câmbio sob controle por meio de intervenções, controlando artificialmente as pressões inflacionárias, dirigindo a política macroeconômica orientado apenas pelo resultado esperado nas urnas. A manobra foi trágica e irremediavelmente nociva para a economia, não só pelo equívoco na condução da política macroeconômica, mas principalmente pela manutenção desta orientação equivocada.

O resultado foi uma intensa degeneração dos indicadores econômicos, como demonstra a série do IBGE-CBIC “Taxa de Variação - Setores e Construção Civil”, que teve início em 2007. O setor da construção civil demitiu 1,6 milhão de trabalhadores com carteira assinada desde 2014, conforme a Pesquisa Anual da Indústria da Construção do IBGE, o que representa um terço da força de trabalho do setor, ao mesmo tempo em que a CNI mostra o fechamento de 13,8 mil indústrias no país.

A queda do número de empregos é a expressão mais cruel da derrocada dos indicadores do setor. Com boa parte da carteira de projetos interrompida e sem investimentos em novas obras de infraestrutura, o setor enfrenta uma série ininterrupta de cinco anos de declínios seguidos em seus níveis de atividade, com retração acumulada de 24% até o segundo trimestre de 2018, de acordo com o IBGE.

O executivo central não demonstra ter capital político para fazer as reformas necessárias, revelando-se inoperante em questões essenciais, comprometendo ainda mais a credibilidade internacional do país, fato que tem desestimulado investidores, avessos ao risco. Outros fatores inibidores dos investimentos industriais agravam o panorama atual, em especial a elevada complexidade tributária e a crescente dívida pública, perto de 80% do PIB, fruto da carência de uma política fiscal responsável que afaste o país da rota da insolvência.

É notório, porém, que o segmento industrial, desde o terceiro trimestre de 2017, vive um período de uma tênue recuperação, alavancada principalmente pela formação bruta de capital fixo, com investimentos em “retrofits” e na modernização de plantas industriais existentes. As liberações dos saldos das contas inativas do FGTS e das cotas do fundo PIS-PASEP injetaram 59 bilhões de reais na economia, proporcionando recuperação do consumo das famílias, que também exerce influência na reativação industrial. Os recentes avanços na agenda macroeconômica, o controle da inflação e a queda da taxa básica de juros, são fatores importantes para dar fôlego ao orçamento das empresas e das famílias e estimular a volta do consumo.

A conjuntura econômica brasileira, no entanto, pode ser vista como mais positiva em 2018 do que se apresentava em 2017. Há um cenário internacional favorável, com crescimento dos países desenvolvidos e uma recuperação da economia chinesa, que beneficia o Brasil com a elevação do preço das commodities. No mês de julho deste ano, pela primeira vez desde 2011, as companhias de capital aberto brasileiras tiveram retorno maior do que a aplicação de renda fixa de menor risco no país. Pesam negativamente, porém, a elevação das taxas de juros pelo governo norte americano e a imposição de barreiras tributárias às importações de alguns produtos que compõem o portfólio de exportações brasileiro.

A recuperação da economia precisa estar ancorada no regresso dos investimentos, principalmente na construção civil industrial, com aumento da participação da iniciativa privada e redução da dependência de verbas e do governo federal. A retomada do crédito país e o retorno dos investimentos externos não ocorrerão, em curto prazo, mas dependerá de que o governo eleito tenha capacidade técnica e vontade política para corrigir os rumos da economia, mediante a implementação de políticas macroeconômicas consistentes, para que haja a retomada da rota da credibilidade e da previsibilidade, gerando expectativas necessárias para a concretização das inversões.

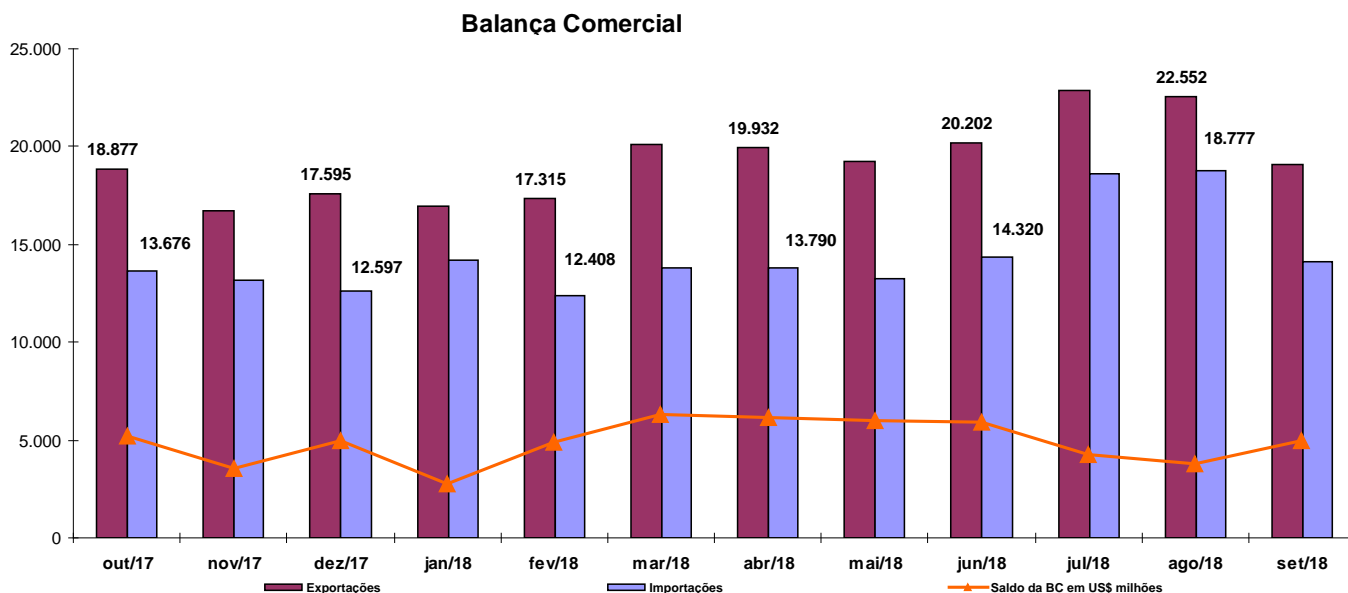
Em longo prazo também se dará a sustentabilidade para a sociedade brasileira, o que dependerá do correto investimento em educação pelo futuro governo, priorizando a educação de base, pois esta, além de abrir o caminho para a futura formação profissional (qualificação e aumento da produtividade da força de trabalho dos jovens), proporcionará melhorias na saúde da população (prevenção) e aumento da segurança pública (redução da criminalidade).

Entretanto, a manutenção de um governo desacreditado e impopular em uma sociedade dividida em torno interesses unilaterais (polarizada ideologicamente), tem gerado um sentimento negativo de apreensão em torno do cenário político tão incerto quanto temerário de sucessão presidencial. Segundo as mais recentes pesquisas, o eleitorado se divide entre os candidatos que melhor representam suas vaidades políticas, fazendo ressurgir o ego ferido por resquícios de controvérsias pregressas, sepultando as candidaturas que apresentam propostas mais consistentes e aderentes ao atual clima econômico, direcionando suas preferências por vias diversas da consciência política e econômica.

Independente de como estará composto o governo central a partir de 1º de janeiro de 2019, será imprescindível que consiga formar uma base no congresso nacional para a aprovação das reformas estruturais que o país necessita, já no primeiro semestre de 2019, aproveitando o capital político conquistado nas urnas.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Setembro/2018) – MDIC****Fato**

Em setembro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 4,97 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 19,09 bilhões e *importações* de US\$ 14,12 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 33,20 bilhões. No ano, as *exportações* acumulam US\$ 177,99 bilhões, as *importações* US\$ 135,34 bilhões, resultando em *superávit comercial* de US\$ 42,65 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 313,33 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, na comparação com setembro de 2017, houve crescimento de 7,7% nas *exportações* e de 10,2% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou avanço de 8,7%. Frente a agosto de 2018, as *exportações* tiveram acréscimo 2,5%, as *importações* queda de 9,0%. A *corrente do comércio* diminuiu 2,7%. No acumulado no ano, as *exportações* aumentaram 8,1% e as *importações* 21,6%, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Em setembro, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 21,1% e a de *semimanufaturados* 3,0%. Por outro lado houve queda de 4,2% nos *manufaturados*. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 24,7% nas *importações de combustíveis e lubrificantes*, 10,0% nos *bens intermediários*, 5,9% em *bens de capital* e 1,1% em *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e México.

No acumulado do ano, na comparação com igual período do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 12,1% e a de *manufaturados* 8,8%. Nas vendas de *semimanufaturados* ocorreu queda de 3,7%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve crescimento de 82,9% nas *importações de bens de capital*, 25,3% nos *combustíveis e lubrificantes*, 14,6% nos *bens de consumo* e 12,3%, nos *bens intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e México.

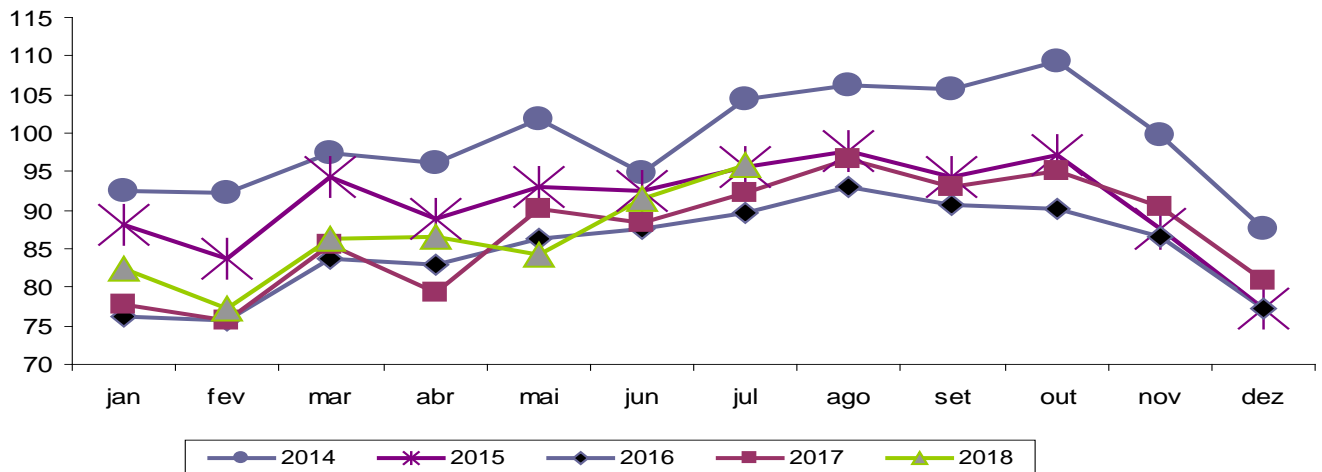
Conseqüências

Nos valores acumulados, frente ao mesmo período do ano anterior, tem ocorrido crescimento nas *importações* mais intenso do que o das *exportações*, motivo pelo qual *saldo comercial* será inferior ao recorde do ano anterior.

Atividade**Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Julho/2018)****Fato**

Em julho, a *Produção Industrial* recuou 0,2% frente a junho. Na comparação com julho de 2017, houve avanço de 4,0%. Considerando o acumulado em doze meses, a variação foi de 3,2% e no ano houve crescimento de 2,5%.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso* o recuo mais acentuado foi na produção de *bens de capital*, 6,2%. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* e os *bens de consumo duráveis* tiveram queda de 0,5% e 0,4%, respectivamente. O único segmento com avanço foi o de *bens intermediários*, 1,0%.

Na comparação com junho de 2017, os *bens de consumo duráveis* apresentaram o avanço mais elevado, 16,9%, impulsionado principalmente pelo crescimento na *fabricação de automóveis*. O setor de *bens de capital* cresceu 6,5%, em grande parte por *equipamentos de transporte*. O segmento de *bens intermediários* avançou 3,5% e os *bens de consumo semi e não-duráveis* 1,8%.

No acumulado do ano, os *bens de consumo duráveis* e os *bens de capital*, apresentaram maior dinamismo, com crescimento, por ordem, de 14,6% e 9,0%. Os *bens intermediários* cresceram 1,3% e o de *bens de consumo semi e não duráveis* 0,8%.

Consequência

Apesar de nos últimos meses os resultados, na comparação com o mês anterior tenham apresentado alguma queda, a *produção industrial* segue em recuperação, embora lenta e gradual.

Atividade

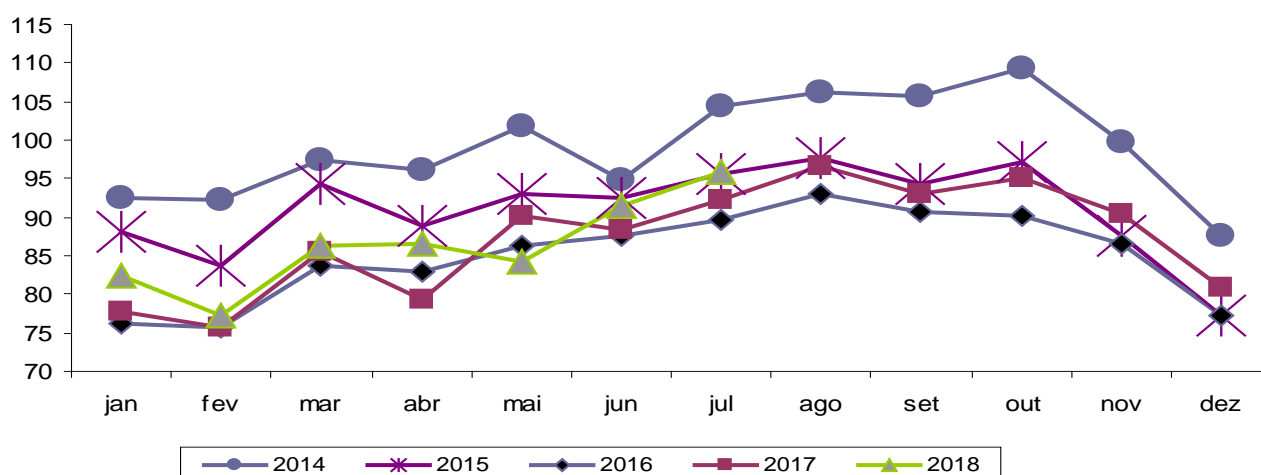
Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Julho/2018) - IBGE

Fato

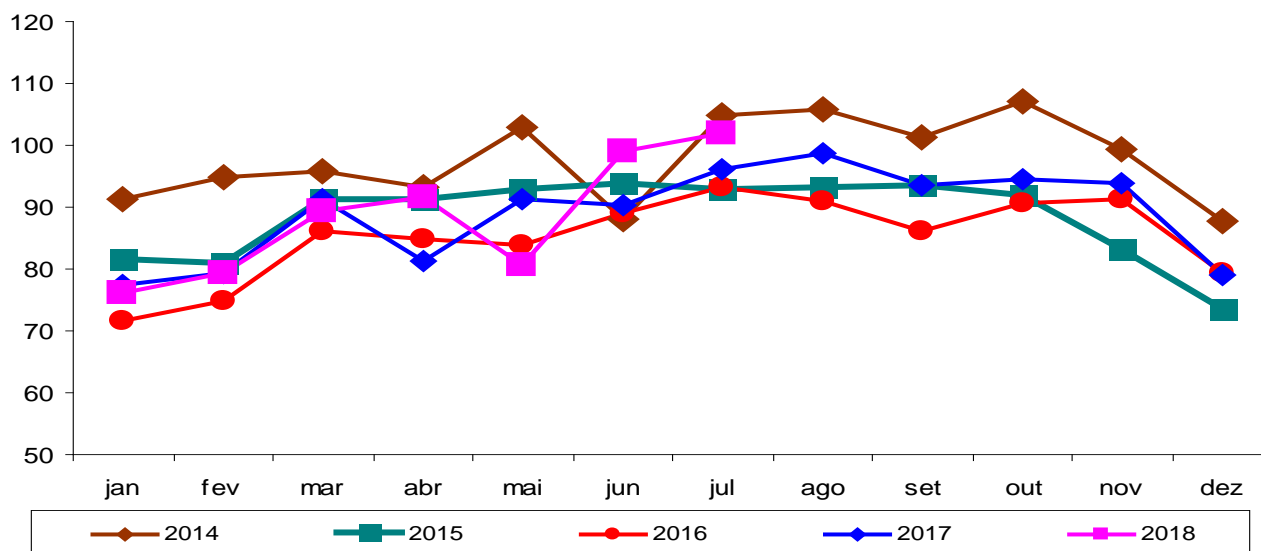
Em julho frente a junho, a *Produção Industrial* caiu em oito dos quinze locais pesquisados. Na comparação com julho de 2017 foi registrado avanço em doze dos quinze locais e no acumulado em doze meses o avanço ocorreu em treze locais.

No **Paraná**, houve queda de 1,3% frente ao mês anterior. No confronto com igual mês do ano anterior houve crescimento de 6,1% e no acumulado em doze meses houve avanço de 3,1%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na passagem de junho para julho, os maiores recuos foram registrados em Goiás, **Paraná**, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. As áreas que tiveram maior avanço na produção foram: Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Na comparação com julho de 2017, os avanços mais acentuados ocorreram no Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os recuos foram em Goiás, Minas Gerais e Ceará.

No Estado do **Paraná**, comparativamente a julho de 2017, sete dos treze ramos pesquisados apresentaram variações positivas, com destaque para *veículos automotores, reboques e carrocerias, coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos, produtos de madeira e máquinas e equipamentos*. Em sentido oposto, o setor de *produtos alimentícios* exerceu a influência negativa mais importante.

No Estado, nos primeiros sete meses do ano, houve aumento em oito dos treze setores. Os destaques positivos foram: *veículos automotores, reboques e carrocerias, coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, celulose, papel e produtos de papel e máquinas aparelhos e materiais elétricos*. O destaque negativo ficou por conta de *produtos alimentícios*.

Consequência

De maneira semelhante ao que acontece em âmbito nacional, a produção paranaense apresentou queda, na comparação com o mês anterior, todavia, nas demais comparações segue em recuperação, embora lenta e gradual.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --jun-jul-ago de 2018) – IBGE

Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre móvel, encerrado em agosto, *taxa de desocupação* de 12,1%, com queda de 0,6 p.p. frente ao trimestre encerrado em maio deste ano e de 0,5 p.p. na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2017.

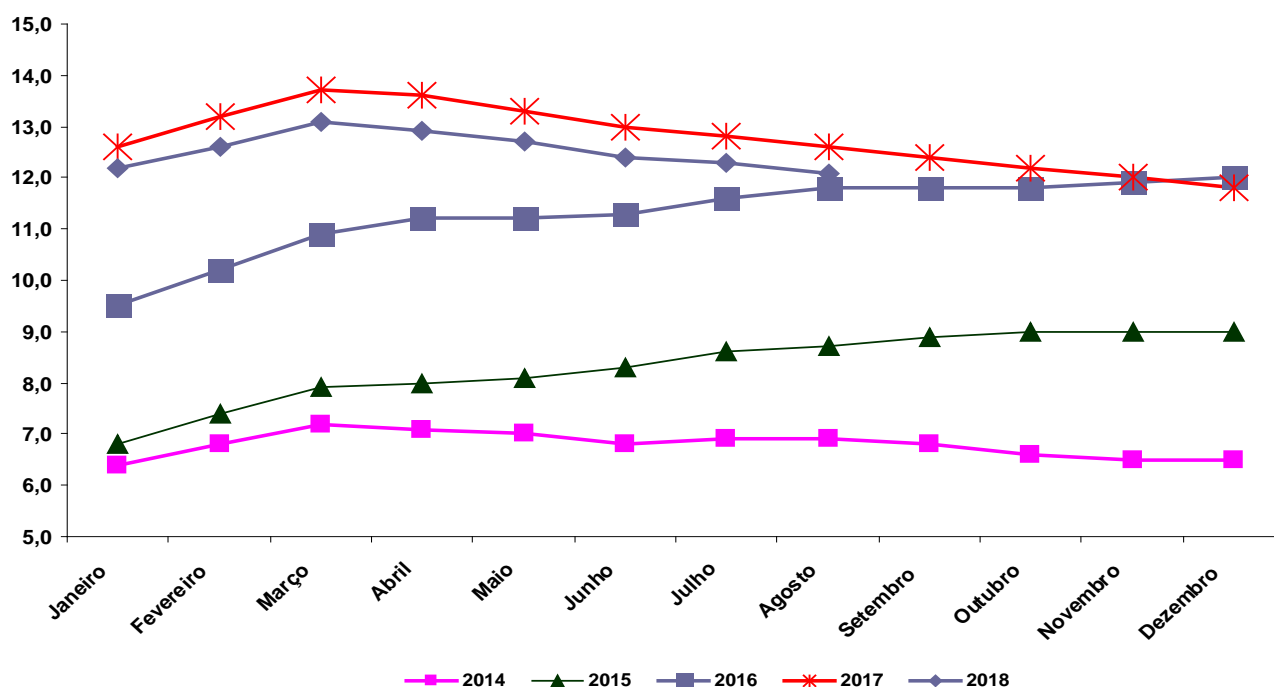
O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.225 com estabilidade frente ao trimestre encerrado em maio e na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

A *população desocupada*, 12,7 milhões caiu 4,0% em relação ao trimestre de março a maio de 2018. Frente a igual trimestre do ano anterior a queda foi de 3,1%. A *taxa de subutilização da força de trabalho* ficou em 24,4%, com estabilidade frente a maio e crescimento de 0,04 p.p. na comparação com o mesmo trimestre de 2017. Na *população ocupada*, 92,1 milhões, houve aumento de 1,3% frente ao trimestre encerrado em maio de 2017 e 1,1% na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2017.

No trimestre encerrado em agosto, nos empregados com *carteira de trabalho assinada*, não houve variação frente ao trimestre encerrado em maio. Na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2016, houve queda de 1,3%, o que representa a perda de 444 mil de *pessoas com carteira assinada*.

No trimestre, a *massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos*, R\$ 199,9 bilhões de reais, não apresentou variação significativa em ambas as comparações.



Consequência

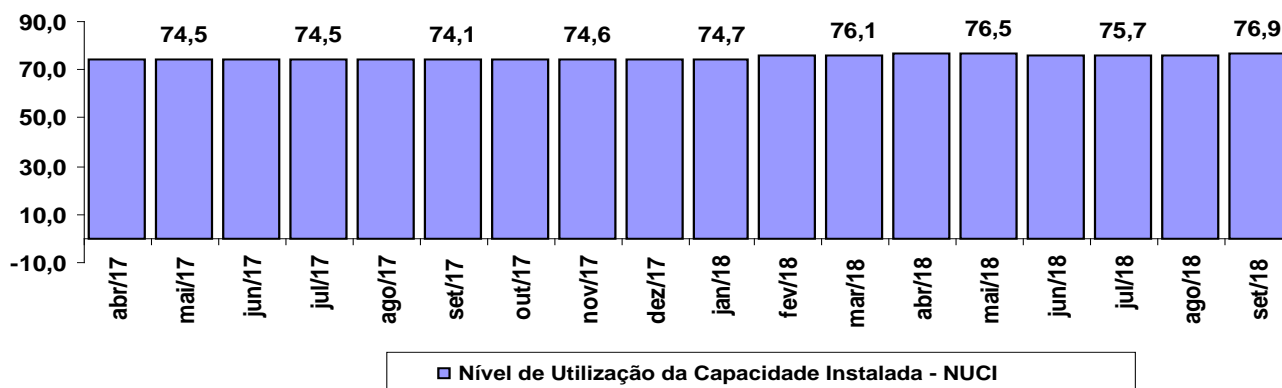
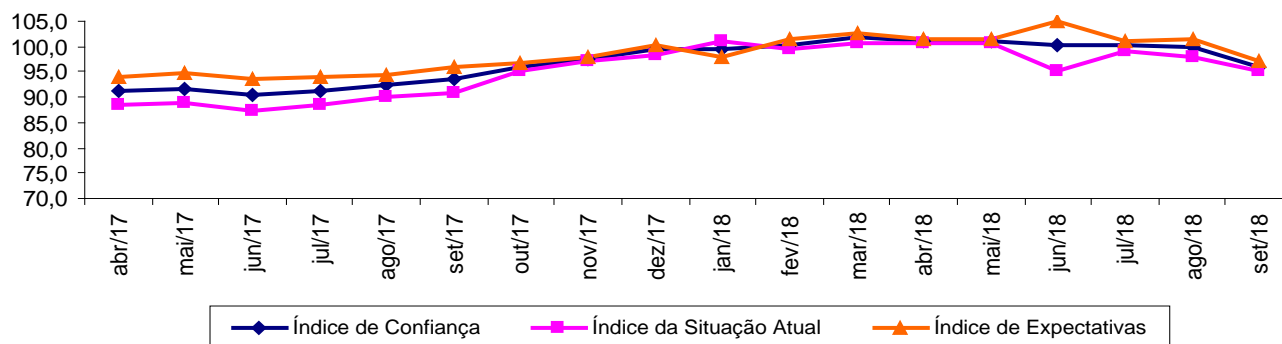
Embora demonstrando tendência de recuo, o *desemprego* segue em alta, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade na queda desta tendência.

Atividade

ICI – Índice de Confiança da Indústria (Setembro/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança da Indústria - ICI* recuou 3,6 pontos entre agosto e setembro, passando de 99,7 para 96,1 pontos, atingindo o menor nível desde outubro de 2017. O *Índice da Situação Atual - ISA* caiu 2,7 pontos passando de 97,9 para 95,26 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* diminuiu 4,2 pontos, atingindo 97,1 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada* aumentou 0,9 ponto, chegando a 76,9%.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação menos favorável sobre a *situação atual dos negócios*, com a parcela das empresas que o avaliam como *boa* diminuindo de 18,0% para 16,1%, e a das que o avaliam como *fraca* crescendo de 22,6% para 23,6%. Nas *expectativas*, houve recuo de 8,1 pontos no indicador que mede as *expectativas sobre a produção nos próximos três meses*, com diminuição de 7,1 pontos no percentual de empresas *prevendo aumento* e crescimento de 5,4 pontos nas que esperam *redução*.

Consequência

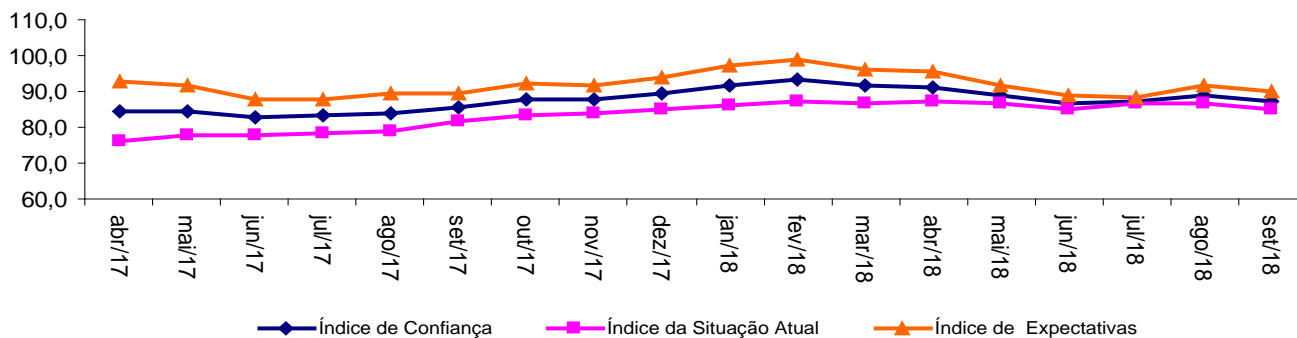
A combinação dos resultados indica que o *setor industrial* volta a apresentar uma percepção *pessimista* sobre a situação. Para os próximos meses não existe expectativa de recuperação com variações intensas.

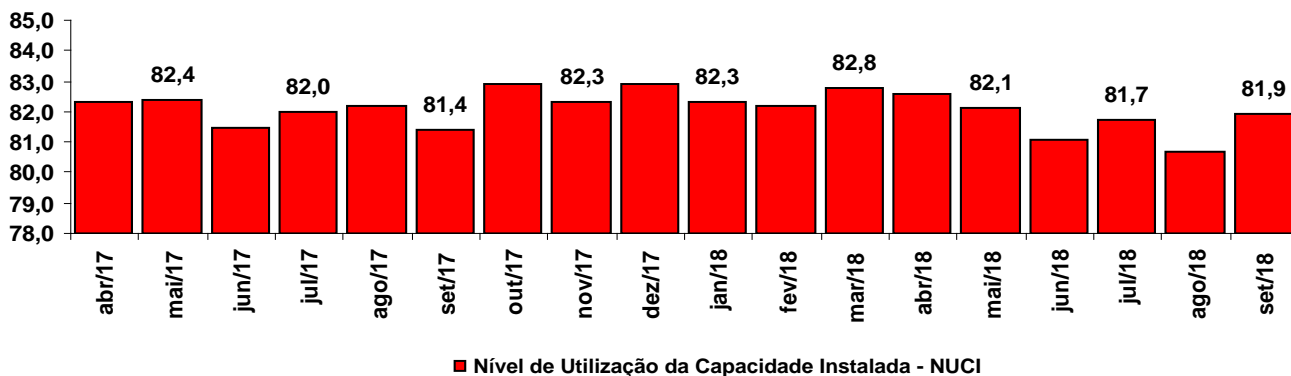
Atividade

Sondagem de Serviços (Setembro/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* caiu 1,6 ponto entre agosto e setembro, passando de 89,0 para 87,4 pontos. O *Índice da Situação Atual – ISA* diminuiu 1,6 ponto, atingindo 85,1 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* recuou 1,5 ponto, chegando a 90,0 pontos.





Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, o quesito que avalia a *situação atual dos negócios*, foi o que mais contribuiu para a queda do ISA, com recuo de 1,8 ponto, atingindo 85,4 pontos. Nas *expectativas* houve recuo de 2,8 pontos no indicador que mede a *demanda prevista para os três meses seguintes*.

Consequência

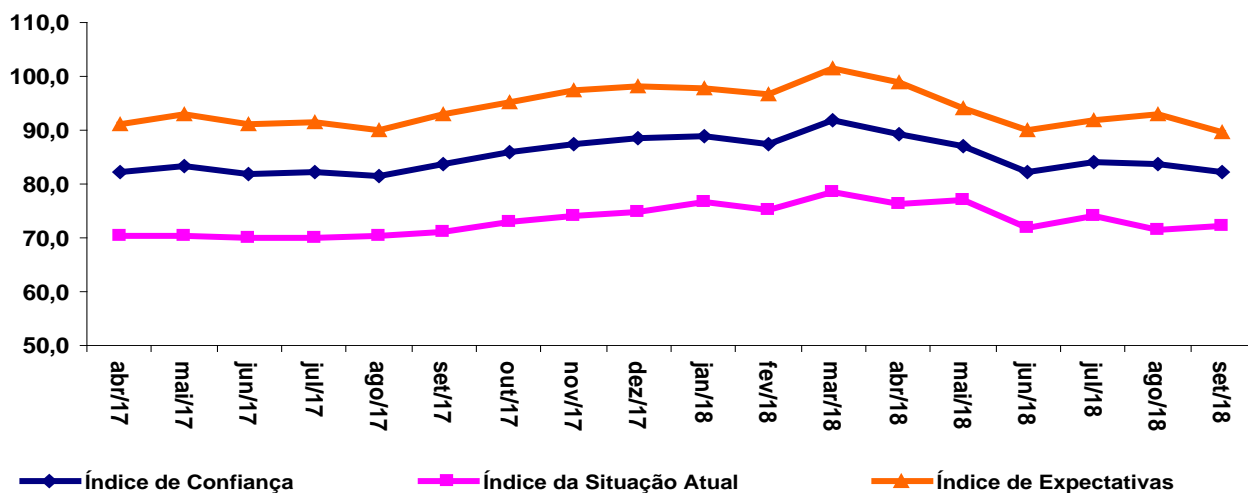
A exemplo de outros indicadores que medem as expectativas, o setor de serviços vem em um período de perdas, após leve recuperação que iniciou em meados do ano anterior.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Setembro/2018) – FGV

Fato

Entre os meses de agosto e setembro, o *ICC* apresentou recuo de 1,7 ponto, passando de 83,8 para 82,1 pontos. O índice da *Situação Atual* cresceu 0,9 ponto, passando de 71,4 para 72,3 pontos. O *Índice das Expectativas* caiu 3,3 pontos, atingindo 89,7 pontos, o menor desde fevereiro de 2017.



Fonte: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, o indicador que mede a *satisfação dos consumidores* subiu 2,8 pontos, para 67,6 pontos. Com relação às perspectivas para os meses seguintes, o *indicador* que mede o *otimismo com relação à evolução da economia* recuou 3,4 pontos, ao passar de 103,4 para 100,0 pontos, o menos desde maio de 2016.

Consequência

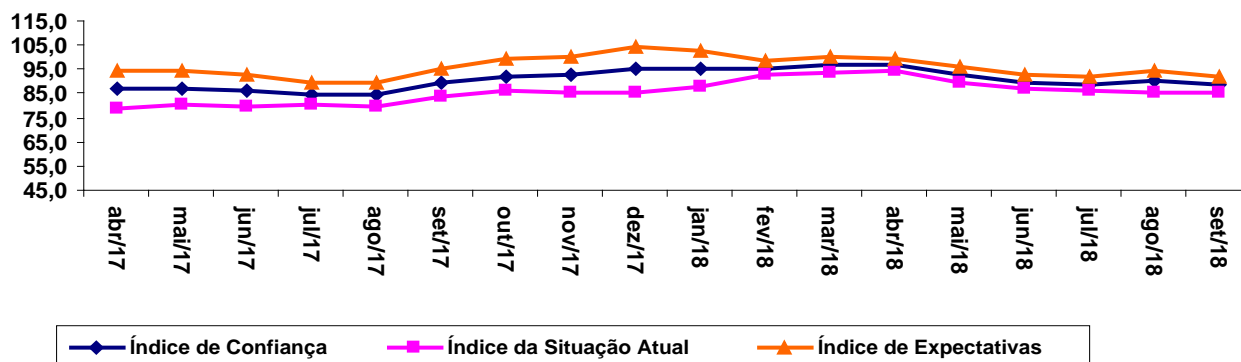
A *lenta recuperação da economia* e do *mercado de trabalho* é refletida nas *expectativas dos consumidores* que seguem em patamar baixo em termos históricos.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Setembro/2018) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* caiu 1,2 ponto em relação ao mês anterior ao passar de 89,9 para 88,7, o menor valor desde agosto de 2017. O *Índice da Situação Atual - ISA* ficou estável em 85,7 pontos, após quatro quedas consecutivas e o *Índice de Expectativas - IE* recuou 2,4 pontos, chegando a 92,2 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A queda no *IE-COM* foi influenciada pela piora do indicador de *tendência dos negócios* nos seis meses seguintes, que recuou 4,8 pontos, para 91,2 pontos. No quadro geral a queda da *confiança* em setembro ocorreu em 9 dos 13 segmentos pesquisados.

Consequência

Após a recuperação que vinha ocorrendo desde agosto de 2017, a confiança do comércio volta a apresentar queda, refletindo a incerteza em relação ao ritmo esperado para a economia nos últimos meses do ano.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Agosto/2018) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em agosto, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas* foi de produção de 225,8 milhões de toneladas, 6,2% inferior à safra de 2017 e 0,4%, abaixo da previsão de julho. A *área a ser colhida*, 61,0 milhões de hectares, está 159,8 mil hectares abaixo da registrada no ano passado.

Causa

Com relação à produção de 2017 as três principais culturas, arroz, o *milho* e *soja*, que juntos representam 92,8% do total da *produção nacional*, foi registrado recuo de 18,6%, para o *milho* e 5,3% para o *arroz*. A *soja* apresentou crescimento de 1,6%. O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou variação positiva para treze dos vinte e seis produtos analisados: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia em grão, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, café em grão – canephora, cevada em grão, feijão em grão 1ª safra, mamona em baga, soja em grão, trigo em grão e triticale em grão*. Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *arroz em casca, batata-inglesa 1ª, 2ª e 3ª safras, cana-de-açúcar, cebola, feijão em grão 2ª e 3ª safras, laranja, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras e sorgo em grão*.

Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Centro-Oeste, 43,9%, da produção nacional, Sul, 33,4%, Sudeste, 10,1%, Nordeste, 8,7%, e Norte, 3,9%. Entre as unidades da federação, o Mato Grosso lidera como maior produtor nacional de grãos, com participação de 26,6%, seguido pelo Paraná com 15,8% e Rio Grande do Sul com 14,8%.

Consequência

De acordo com *prognóstico das áreas plantadas*, realizado pelo IBGE em agosto, a *safra de grãos* em 2018 deverá ser bastante inferior ao recorde do ano anterior.

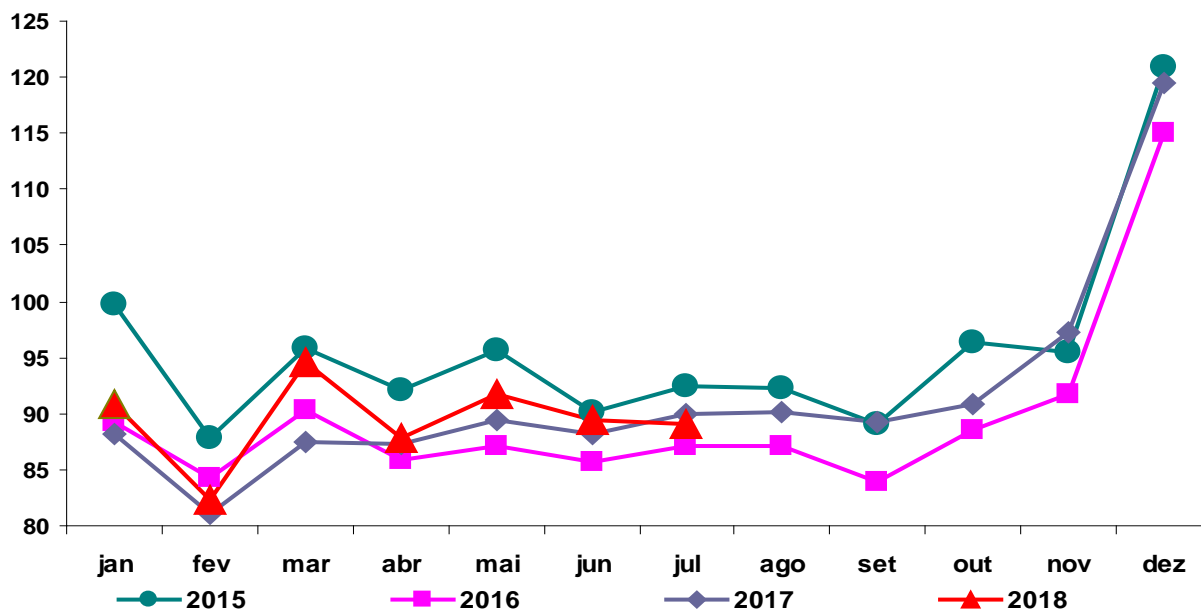
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Julho/2018) – IBGE

Fato

No mês de julho, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal caiu 0,5% frente ao mês anterior e a *receita nominal* cresceu 0,2%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foi de negativo 1,0% sobre julho de 2017, e de positivos 3,2% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 2,9% com relação à igual mês de 2017 e 3,5% no acumulado em doze meses.

No que se refere ao *comércio varejista ampliando*, no *volume de vendas* houve recuo de 0,4% frente ao mês anterior, crescimento de 3,0% frente a julho de 2017 e de 6,5% no acumulado em doze meses. Com relação à *receita nominal* houve queda de 0,6% frente ao mês anterior, expansão de 5,9% no comparativo com julho de 2017 e de 6,3% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram queda no *volume de vendas*. *Móveis e eletrodomésticos*, 4,8%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 2,5%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 1,0%, *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 2,7% e *Livros, jornais, revista e papelaria*, 0,9%. Por outro lado, apresentaram crescimento: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,7%, *Combustíveis e lubrificantes*, 0,4% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e de perfumaria*, 0,1%. No comércio varejista ampliado ocorreu recuo de 2,7% em *Material de construção* e de 0,8% em *Veículos e motos, partes e peças*.

Comparativamente a julho de 2017, também cinco das oito as atividades apresentaram recuo, os resultados, por ordem de importância na formação da taxa global, foram: *Combustíveis e lubrificantes*, 9,2%, *Móveis e eletrodomésticos*, 6,9%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 8,4%, *Livros, jornais, revista e papelaria*, 10,1% e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 4,3%. Nesta comparação tiveram crescimento, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,4%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 4,7% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, e de perfumaria*, 5,5%. No comércio varejista ampliado *Material de construção* teve avanço de 2,2% e *Veículos e motos, partes e peças*, de 16,9%.

Consequência

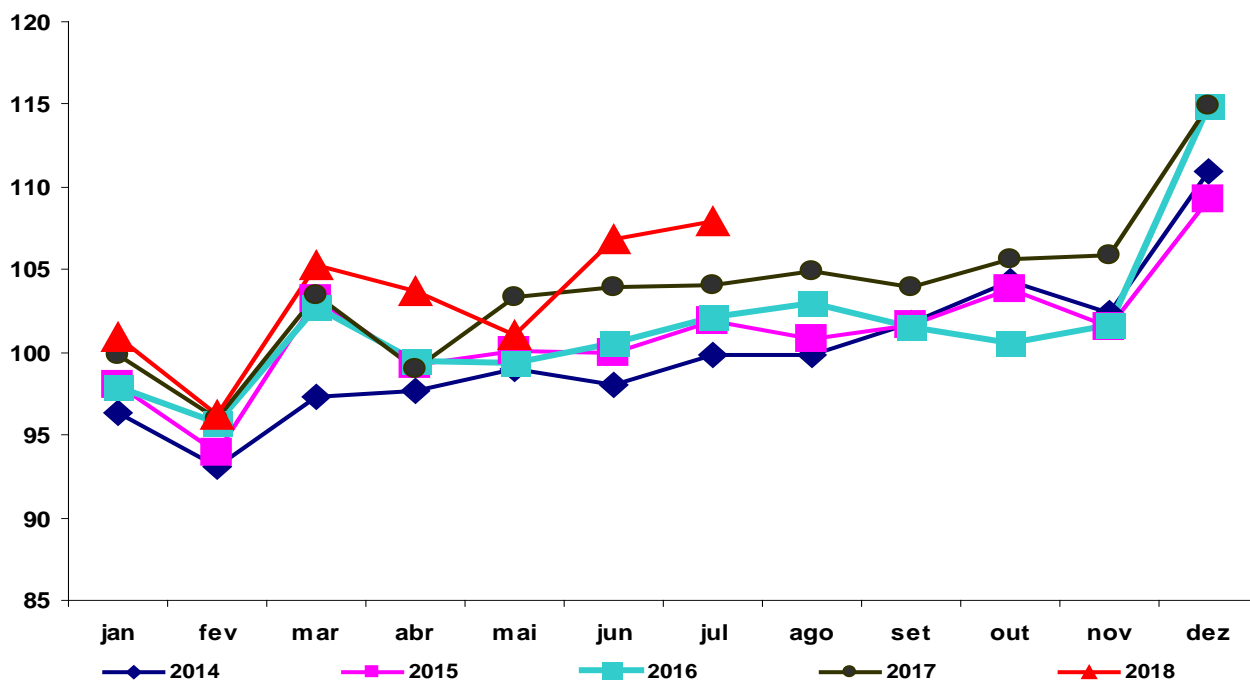
A recuperação que vinha ocorrendo desde o final do ano anterior, perdeu intensidade e passou a apresentar queda. Para os próximos meses é esperada retomada na trajetória anterior.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Julho/2018) – IBGE

Fato

No mês de julho frente ao mês anterior, o *volume de serviços* caiu 2,2% e a *receita nominal* 0,5%. Comparativamente a igual mês do ano anterior, o *volume de serviço* caiu 0,3% e a *receita nominal dos serviços* cresceu 3,7%. No acumulado em doze meses a taxa de crescimento do *volume* ficou negativa em 1,0% e a *receita* cresceu 2,6%.



Fonte: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2011 = 100) (Número índice)

Causa

Frente a junho no volume apenas os *Serviços prestados às famílias* tiveram elevação 3,1%. Os demais recuaram, *Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio*, 4,0%, *Serviços de informação e comunicação*, 2,2%, *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 1,1% e *Outros serviços*, 3,2%. O *agregado especial de Atividades Turísticas* recuou 1,7% entre junho e julho.

Conseqüência

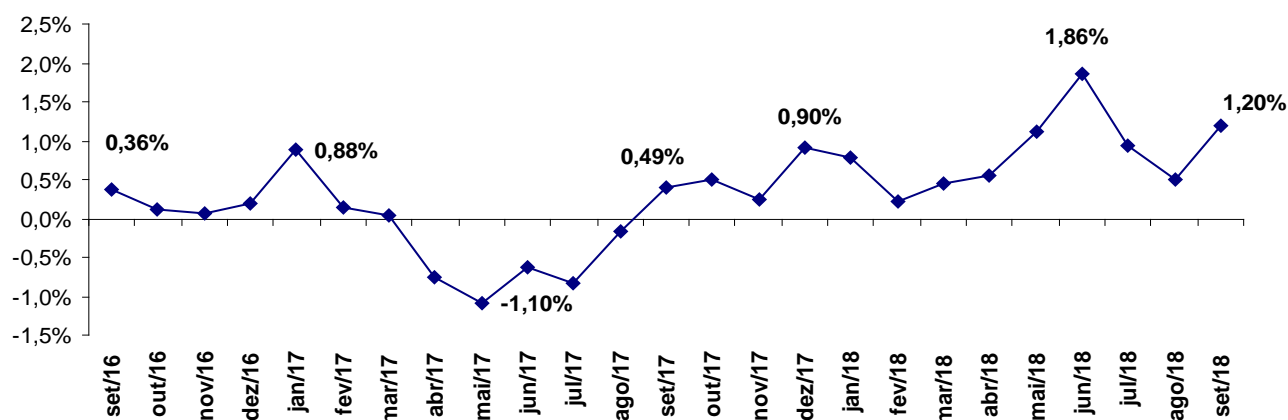
O desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado principalmente pela *redução dos empregos*, dos *salários reais*, do crescimento da *massa salarial* e das *incertezas* frente ao futuro da economia.

Inflação

IGP-10 (Setembro/2018) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 1,20% em setembro, aumentando 0,69 p.p. com relação a agosto. No acumulado em doze meses o índice ficou em 9,66% e no ano 7,89%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de agosto, dentre os componentes do **IGP-10**, o **IPA** apresentou aceleração de 1,12 p.p., com variação de 1,76%. Neste, o maior avanço foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas* com variação de 3,64%, 2,13 p.p. maior do que a variação de agosto, com destaque para *minério de ferro, milho e suínos*. Os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,63 p.p., decorrente do crescimento na variação de *materiais e componentes para a manufatura* e os *Bens Finais* avançaram 0,77 p.p., como conseqüência da maior variação no *subgrupo alimentos in natura*.

O **IPC** registrou recuo de 0,06 p.p. em setembro, com destaque para *Habitação*, decorrente do comportamento do item *tarifa de eletricidade residencial*. Também registraram menor variação no mês: *Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais e Comunicação*. O **INCC** apresentou variação 0,30 p.p. menor do que no mês anterior, com recuo de 0,15 p.p. em *Mão de Obra* e de 0,46 p.p. em *Materiais, Equipamentos e Serviços*.

Conseqüência

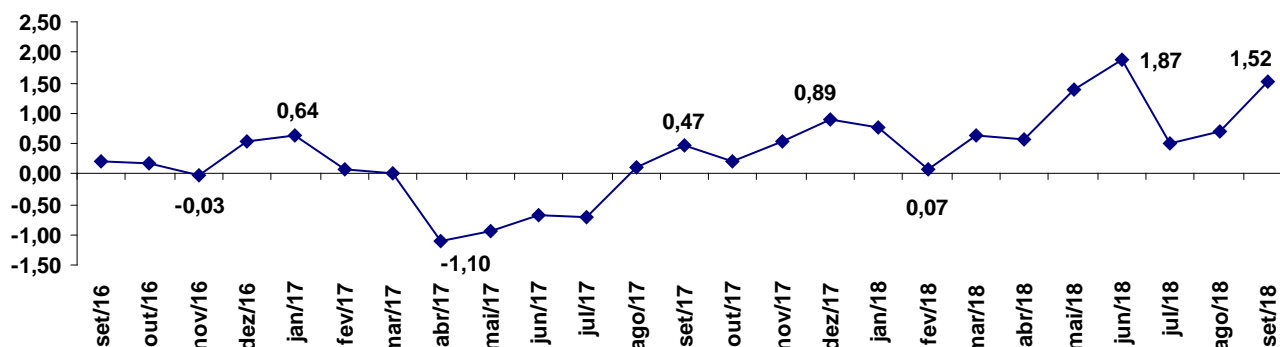
O **IGP-10** voltou a apresentar aceleração, após dois meses de recuo, conseqüência, principalmente de commodities como *minério de ferro*. A expectativa para os próximos períodos é de retorno à *estabilidade*.

Inflação

IGP-M (Setembro/2018) – FGV

Fato

Em setembro, o **IGP-M** registrou variação de 1,52%, 0,82 p.p. superior à variação do mês anterior, no ano o acumulado é de 8,29% e em doze meses 10,04%.



Fonte: FGV

Causa

Na passagem de agosto para setembro, o **IPA** registrou variação de 2,19%, avançando 1,19 p.p. O principal responsável por este crescimento foi o índice de *Bens Intermediários*, com acréscimo de 1,44 p.p. na taxa de variação, com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*. O índice dos *Bens Finais* avançou 1,12 p.p., com destaque para este recuo o subgrupo *combustíveis para consumo*. As *Matérias-Primas Brutas* avançaram 0,92 p.p., sendo os principais responsáveis pelo movimento os itens: *minério de ferro, soja e milho*.

O **IPC**, com variação de 0,28% em setembro, acelerou-se 0,23 p.p., com a principal contribuição para o acréscimo partindo de *Transportes*, dado a maior taxa de variação do item *gasolina*. Também apresentaram avanço na sua taxa de variação: *Educação, Leitura e Recreação, Vestuário, Alimentação e Despesas Diversas*. O **INCC** teve desaceleração de 0,13 p.p. chegando à 0,17%. *Materiais, Equipamentos e Serviços* teve desaquecimento de 0,27 p.p. e o componente *Mão de Obra* não registrou variação pelo segundo mês consecutivo.

Conseqüência

No mês o **IGP-M** apresentou aceleração. Para os próximos períodos, pode ocorrer maior pressão nos preço como conseqüência do aumento na taxa de cambio, apesar da baixa expectativa de retomada do *crescimento econômico*.

Inflação

IGP-DI (Agosto/2018) – FGV

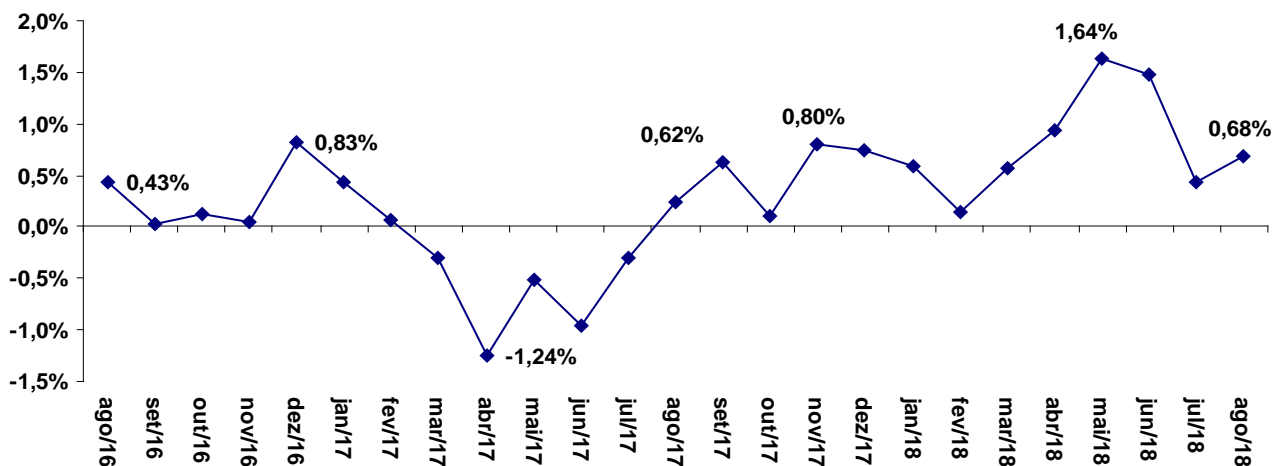
Fato

O *Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)* registrou variação de 0,68% em agosto, acelerando 0,24 p.p. ante a inflação registrada em julho. Em doze meses a variação acumulada é de 9,06% e no ano 6,63%.

Causa

Em agosto, o **IPA**, variou de 0,99%, acelerando 0,47 p.p. frente ao mês anterior, motivado por avanço em *Matérias-Primas Brutas*, 1,67 p.p., decorrente de *minério de ferro*, *milho* e *mandioca*. Os *Bens Finais*, apesar da variação negativa de 0,30%, caíram menos do que no mês anterior (0,31%), decorrente de queda menos intensa no grupo *alimentos in natura* e os *Bens Intermediários* tiveram desaceleração de 2,13 p.p. com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** recuou 0,10 p.p., atingindo 0,07%, com a contribuição mais relevante para a desaceleração proveniente do grupo *Habituação*, com destaque para o comportamento do preço da *tarifa de eletricidade residencial*. Também apresentaram decréscimo em sua taxa de variação, *Transportes*, *Educação*, *Leitura e Recreação* e *Comunicação*. O **INCC** teve variação 0,46 p.p. menor, com desaceleração em *Materiais*, *Equipamentos e Serviços* e estabilidade em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

O **IGP-DI** voltou a apresentar aceleração frente ao mês anterior, decorrente quase que exclusivamente da variação no preço de *commodities* como o *minério de ferro*. Para os próximos meses a expectativa é de retomada na acomodação.

Inflação

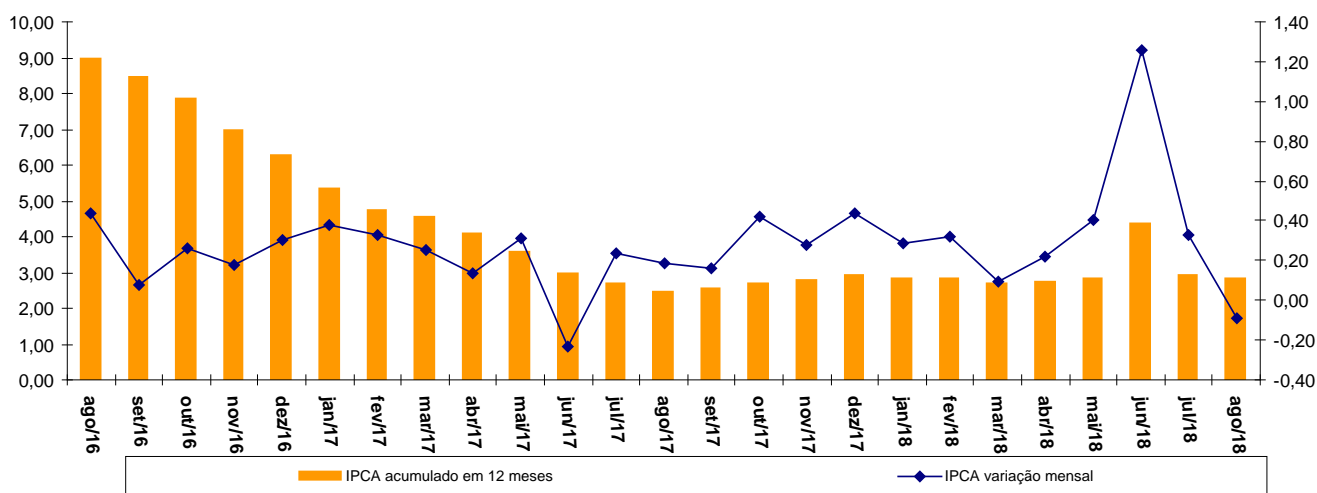
IPCA (Agosto/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou negativo 0,09% em agosto, 0,42 p.p. abaixo do registrado em julho, no acumulado em doze meses o índice chegou a 4,19%, 0,29 p.p. inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, e no acumulado do ano a *inflação* está em 2,85%, 1,23 p.p. abaixo do registrado no mesmo período de 2017. Em **Curitiba**, a variação foi de negativo 0,20%, 0,48 p.p. abaixo da de julho, acumulando alta de 2,64% no ano, e 3,95 % em doze meses.

Causa

O maior recuo no mês foi proveniente do grupo *Alimentação e Bebidas*, que passou de negativo 0,12% em julho para negativo 0,34% em agosto, decorrente principalmente da *cebola*, *batata-inglesa*, *tomate*, *farinha de mandioca*, *hortaliças* e *leite longa vida*. O grupo *Transportes*, também apresentou variação negativa, 1,22%, principalmente decorrente do item *passagem aérea*.



Fonte: IBGE

Consequência

Após a forte aceleração de junho, o índice apresenta recuo pelo segundo mês consecutivo puxado pelo grupo *alimentos*. Para os próximos meses, a expectativa é de manutenção do índice em patamares comportados, refletindo o *desaquecimento da atividade econômica*.

Inflação

IPCA - 15 (Setembro/2018) – IBGE

Fato

O **IPCA – 15** registrou variação de 0,09% em setembro, reduzindo 0,04 p.p. com relação a agosto. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são de 3,23% e 4,28%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi 0,18%, 0,44 p.p. acima do registrado no mês anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 4,00%.

Causa

No mês, o grupo *Alimentação e Bebidas* apresentou variação negativa de 0,41%, contribuindo com negativos 0,10 p.p. para a composição do índice. Este grupo foi influenciado em sentido descendente principalmente por: *cebola, batata-inglesa, leite longa vida e carnes*. Pelo lado dos aquecimentos, o grupo *Despesas Pessoais* apresentou a maior variação, impactado por *cigarro, serviço bancário e empregado doméstico*.

Consequência

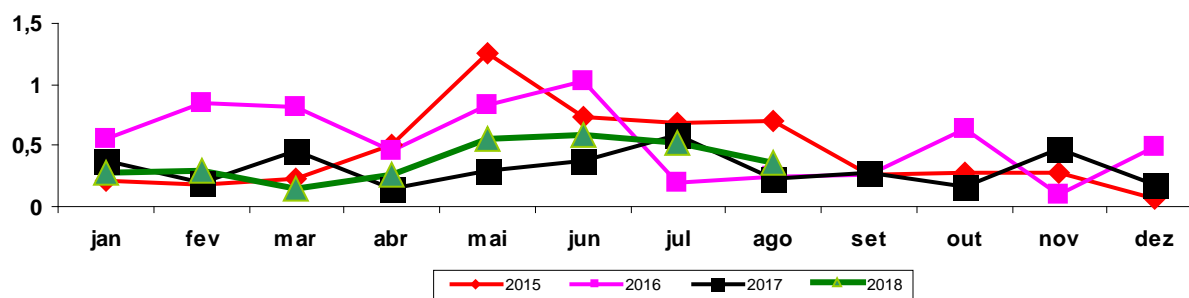
De acordo com os resultados do índice a *inflação* vem demonstrando sinais de acomodação nas variações mensais. Para os próximos meses não são esperadas variações muito intensas.

Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Agosto/2018) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O **Índice Nacional da Construção Civil** variou 0,36% em agosto, 0,16 p.p. abaixo da variação de julho. Em doze meses, o acumulado é de 4,15% e no ano 3,02%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.095,09 em julho, para R\$ 1.099,01 em agosto, sendo R\$ 566,91 relativos aos *materiais* e R\$ 532,10 à *mão-de-obra*. No **Paraná**, a variação foi de 0,73% no mês, acumulando variações de 3,92% no ano e 4,27% em doze meses, o *custo médio da construção*, no Estado, é de R\$ 1.120,84.



Fonte: IBGE

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,57%, 0,31 p.p. abaixo do mês anterior, e a componente *mão-de-obra* 0,13%, mesma variação de julho. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 5,54% para *materiais* e 2,71% para *mão-de-obra*, e no ano os *materiais* subiram, 4,02% e a *mão-de-obra* 1,99%.

No mês as variações regionais foram: 0,16% na Região Nordeste, 0,38% na Região Norte, 0,31% no Centro-Oeste, 0,53% no Sudeste e 0,30% no Sul. Ainda na verificação regional, os acumulados em doze meses foram 4,33% na Região Nordeste, 2,93% na Norte, 4,33% no Centro-Oeste, 4,36% no Sudeste e 3,86% na Região Sul.

Consequência

A exemplo dos índices de outros setores, os *custos da construção civil* seguem apresentando arrefecimento, devendo ao longo do ano seguir esta tendência.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Agosto/2018) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 0,83% em agosto, ficando, portanto, 0,30 p.p. inferior à variação do mês anterior e 0,54 p.p. maior do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 16,51% e no ano de 10,75%.

Causa

No mês, as maiores variações foram em *bebidas, madeira, fumo e outros produtos químicos*. Os itens com maior influência foram: *outros produtos químicos, bebidas, metalurgia e veículos automotores*.

No indicador acumulado em 12 meses, as quatro maiores variações foram *indústrias extrativas, outros produtos químicos, refino de petróleo e produtos de álcool e metalurgia* e as maiores influências vieram de: *refino de petróleo e produtos de álcool, outros produtos químicos, indústrias extrativas e metalurgia*.

Consequência

O índice de preços ao produtor volta a registrar aceleração, com variações expressivas nos acumulados, devendo gerar algum reflexo nos preços ao consumidor nos próximos meses.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Agosto/2018) - BACEN

Fato

O total do estoque das *operações de crédito* do sistema financeiro atingiu R\$ 3.155 bilhões em agosto, com avanço de 0,1% no mês e 3,4% em doze meses, atingindo 46,7% na *relação com ao PIB*, 0,6 p.p. inferior a agosto de 2017.

A *taxa média das operações de crédito referencial* atingiu 24,5% a.a., permanecendo estável no mês e diminuindo 3,8 p.p. em doze meses. A *taxa de inadimplência da carteira de crédito* ficou estável no mês e diminuiu 0,7 p.p. em doze meses, atingindo 3,0%.

Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.663,3 bilhões, crescendo 1,5% no mês e 8,9% em doze meses. Neste, os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 1,3% no mês, chegando à R\$ 903,4 bilhões, com destaque para o *crédito pessoal, cartão de crédito à vista e financiamento de veículos*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas* ocorreu aumento de 1,6% no mês atingindo saldo de R\$ 759,9 bilhões, com maior expansão em *desconto de duplicatas e recebíveis, compor, aquisição de veículos e modalidades voltadas para o comércio exterior*. No *crédito*

direcionado, houve expansão de 0,5% no mês e redução de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2017, totalizando R\$ 1.491,6 bilhões.

A *taxa média de juros a pessoas físicas* diminuiu 0,1 p.p. no mês e 5,2 p.p. em doze meses chegando a 30,4%. Para as *empresas* o custo médio manteve-se estável no mês e caiu 2,8 p.p em doze meses, atingindo 15,9%. A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* está em 3,5% para *pessoas físicas* e 2,5% para *pessoas jurídicas*.

Consequência

Apesar do *baixo nível de atividade econômica*, as *operações de crédito* apresentaram expansão em ambas as comparações, devendo, por fatores sazonais, registrar algum crescimento nos últimos meses do ano.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Agosto/2018) - BACEN

Fato

Em agosto, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 717 milhões, US\$ 397 milhões a mais do que em agosto de 2017. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 1,9 bilhão, totalizando US\$ 381,4 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 298,6 bilhões, diminuindo US\$ 2,59 bilhões em relação ao montante apurado em *junho*.

Causa

O *saldo da conta de transações correntes* acumulou *déficit* de US\$ 15,5 bilhões nos últimos doze meses, equivalente a 0,80% do **PIB**. A *conta de serviços* registrou, em agosto, *déficit* de US\$ 2,7 bilhões, 6,1% abaixo do registrado em igual mês de 2017. A *conta financeira* registrou *entrada líquida* de US\$ 10,6 bilhões em *ingressos líquidos em investimentos diretos no país* em agosto e US\$ 69,6 bilhões (3,61% do **PIB**) em doze meses.

Na *movimentação das reservas*, durante o mês ocorreu aumento em decorrência das variações positivas por preço, US\$ 743 milhões, receita de *juros* US\$ 622 milhões e *operações de linha com recompra*, US\$ 775 milhões. Em agosto, a *dívida externa de longo prazo* aumentou US\$ 1,7 bilhão, atingindo US\$ 243,4 bilhões e a de *curto prazo* diminuiu US\$ 4,3 bilhões, chegando à US\$ 55,2 bilhões.

Consequência

O crescimento no *déficit* em *transações correntes* foi principalmente influenciado pela redução no *superávit comercial*, decorrente de registro de US\$ 2,1 bilhões associados à *importação de plataforma de petróleo no âmbito do REPETRO*;

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Agosto/2018) - BACEN

Fato

O *déficit primário do setor público* em agosto foi de R\$ 16,9 bilhões. No ano o *déficit* alcançou R\$ 34,7 bilhões e em doze meses até agosto o acumulado é *deficitário* em R\$ 84,4 bilhões, o que equivale a 1,25% do PIB. A *dívida líquida do setor público*, como percentual do **PIB** diminuiu 1,0 p.p. com relação a julho e 0,4 p.p. no acumulado do ano, atingindo o montante de R\$ 3.459,1 bilhões, equivalente a 51,2% do **PIB**. Os *juros nominais*, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$ 60,1 bilhões em agosto. No acumulado em doze meses os juros chegaram à R\$ 418,5 bilhões, equivalente a 6,20% do **PIB**. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 76,9 bilhões no mês e em doze meses o resultado foi de negativos R\$ 503 bilhões, representando 7,45% do **PIB**. A *dívida bruta do governo geral* alcançou R\$ 5.224 bilhões chegando a 77,3% do **PIB**.

Causa

Por origem, o *Governo Central* registrou *déficit* de R\$ 20,9 bilhões e os *governos regionais* e as *empresas estatais*, *superávit* de R\$ 3,4 bilhões e R\$ 592 milhões, respectivamente. Os *juros nominais apropriados* em agosto aumentaram R\$ 24,1 bilhões em relação ao total apropriado no mesmo mês do ano anterior. A redução na *relação entre dívida líquida e PIB*, no ano, foi consequência da *desvalorização cambial acumulada* e do *crescimento do PIB nominal*. Em sentido contrário, o *efeito do déficit primário* contribuiu para que esta redução não fosse maior.

Consequência

O resultado do *orçamento* segue negativo e não são esperadas para o restante do ano alterações significativas neste cenário, em decorrência do *pleito eleitoral*.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2018-2022

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2018	1,35	6,55	3,72	4,30
2019	2,48	7,42	3,85	4,19
2020	2,55	8,22	3,74	4,06
2021	2,58	8,27	3,81	3,91
2022	2,56	8,23	3,87	3,85

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 28/09/2018 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - ÚLTIMOS 10 ANOS SETEMBRO 2008-2018

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2008	26,78	-0,88	13,28	0,78	39,96
2009	29,44	-1,06	12,46	0,72	41,56
2010	27,18	-1,02	11,45	0,61	38,22
2011	24,3	-1,08	10,85	0,59	34,67
2012	22,31	-1,02	10,81	0,53	32,62
2013	21,42	-1,01	10,5	0,6	31,51
2014	21,91	-1,11	10,64	0,63	32,07
2015	21,8	-2,91	12,3	0,84	32,02
2016	33,31	-2,59	12,11	0,88	43,7
2017	41	-2,62	11,58	0,87	50,83
2018

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – AGOSTO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	28.122	69,72	40.335	26,98	104.237	2,08	1.353.422
DESLIGAMENTOS	25.311	69,89	36.216	26,96	93.898	2,04	1.242.991
Nº EMPREGOS FORMAIS EM 01/JAN/2018	665.524	70,09	949.559	25,9	2.569.121	1,76	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	150.103	72	208.482	23,39	641.673	1,86	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	2.811		4.119		10.339		110.431

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – AGOSTO /2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.510	9	40.335	3	104.237	0	1.353.422
DESLIGAMENTOS	2.912	8	36.216	3	93.898	0	1.242.991
Nº EMPREGOS FORMAIS EM 01/JAN/2018	84.744	9	949.559	3	2.569.121	0	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.340	7	208.482	2	641.673	0	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	598		4.119		10.339		110.431

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – AGOSTO/2018

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.823	5	40.335	2	104.237	0	1.353.422
DESLIGAMENTOS	1.875	5	36.216	2	93.898	0	1.242.991
Nº EMPREGOS FORMAIS EM 01/JAN/2018	37.328	4	949.559	1	2.569.121	0	37.868.331
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.552	3	208.482	1	641.673	0	8.055.690
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-52		4.119		10.339		110.431

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) - OUT/2017 – SET/2018

DIA	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
1		85.495,24	85.377,79			77.239,75		79.301,65	71.923,11			
2	77.891,04	84041,34	85.761,34	84.666,44	84.547,09		72.839,74	79.636,69		74.359,82		
3	77.995,16			84.623,46	83.288,14		73.667,76	81.434,98	76.192,73	76.762,91	73.915,42	
4	78.647,42			84.359,69	83.118,03	78.596,06	74.743,12		74.711,80	76.591,44		73.090,17
5	79.071,47	81.861,09	86.022,83	85.209,66	82.714,43	76.641,72	74.553,06		75.092,27	76.617,52		72.546,17
6		83.894,04	85.653,02	84.820,42		76.117,22	75.010,39	81.050,76	76.416,01	76.054,71	74.310,79	73.268,35
7		82.766,73	85.483,55			73.851,46		80.346,52			72.414,87	72.487,46
8	79.378,54	81.532,53	84.984,61		82.956,05	72.942,07		79.151,70			74.363,13	72.731,84
9	78863,54	80898,7	86.371,41	83.307,23	84.265,49			78.767,99		75.726,80	72.930,69	
10	78200,57			84.510,36	85.861,20		74.862,38	76.514,35	76.436,35	76.897,20	72.165,63	
11	79.365,44			85.245,59	85.220,24	72.307,77	74.398,55		74.656,51	76.659,80		72.800,04
12	79.349,12		86.900,43	85.443,53		72.754,13	75.856,23		75.124,81			73.813,53
13			86.383,85	84.334,41		72.122,14	76.594,36	77.496,45	74.686,67	76.989,78	72.475,17	72.914,33
14		83.542,84	86.050,96		85.232,18	71.421,19		78.602,11	75.429,09		70.826,59	72.428,93
15	79.752,37	84.290,57	84.928,20		85.130,42	70.757,73		77.077,50				72.607,70
16	79831,76	84524,58	84.886,49	82.861,58	86.536,97		76.652,59	76.818,72		76.891,83	72.511,79	
17	81189,16			84.086,13	83.621,95		78.130,30	76.028,50	76.788,85	76.201,25	73.437,28	
18	80.962,65			85.776,46	83.081,88	69.814,74	77.362,64		78.313,96	76.591,09		73.115,45
19	81.219,50	84.792,71	83.913,06	85.824,26		71.394,34	77.486,84		78.168,66	76.283,16		72.680,37
20		85.803,96	84.163,80	85.550,09		72.123,41	78.571,29	76.327,89	78.116,01	76.390,51		73.367,03
21		86.051,82	84.976,59		81.815,32	70.074,90		75.180,40	79.444,29		74.594,61	75.133,43
22	81.675,42	86.686,45	84.767,88		82.738,88	70.640,65		76.902,30			74.518,79	75.186,53
23	80678,35		84.377,19	85.602,50	80.867,29		77.996,12	75.633,77		75.413,13	74.486,58	
24	83680			85.469,08	80.122,31		79.154,99	76.262,23	77.984,18	76.350,19	74.157,37	
25		87293,24		85.044,39	78.897,66	70.952,97	80.218,05		78.630,14	76.671,13		
26	85.530,84	87.652,64	85.087,86	86.383,20		71.404,59	79.405,34		78.656,16	75.896,35		75.707,73
27		86.935,44	83.808,06	86.444,66		70.609,01		77.929,68	80.000,09	75.975,71	74.058,92	76.072,54
28		85.353,60	83.874,14		75.355,84	71.766,53		77.473,18	79.342,42		74.139,72	76.402,08
29	84698,01		85.365,56		76.071,97	72.762,52	79.866,11	78.388,83			72.700,45	
30	84482,46			86.115,50	76.753,61		80.275,60	76.404,09		74.800,33	71.970,99	
31	84912,7						79.220,44	76.677,53		74.308,49		
MÍNIMO	77.891,04	80.898,70	83.808,06	82.861,58	75.355,84	69.814,74	72.839,74	74.875,80	74.274,50	74.308,49	70.826,59	72.264,45
MÁXIMO	85.530,84	87.652,64	86.900,43	86.444,66	86.536,97	78.596,06	80.275,60	81.792,10	80.106,90	76.989,78	74.594,61	76.402,00

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–SET/2018

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
Dez/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Dez/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Dez/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
Jan/16	66,85	106,78	1397,50	44,10	36,59
Fev/16	68,55	100,91	1404,32	45,16	38,67
Mar/16	69,97	96,83	1140,93	45,29	41,08
Abr/16	69,89	98,09	1110,13	46,60	46,10
Mai/16	71,45	107,83	1319,96	46,19	49,96
Jun/16	73,02	131,01	1572,48	53,74	49,13
Jul/16	69,81	158,53	1489,45	53,68	41,15
Ago/16	74,62	152,55	1353,58	50,77	40,86
Set/16	77,21	148,65	1281,50	43,34	37,86
Out/16	77,58	161,76	1211,86	39,45	38,32
Nov/16	...	155,06	1220,52	38,25	35,63
Dez/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
Jan/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
Fev/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
Mar/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
Abr/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
Mai/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
Jun/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
Jul/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
Ago/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
Set/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
Out/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
Nov/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
Dez/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
Jan/18	83,14	79,72	1.163,73	39,32	28,30
Fev/18	72,16	89,02	1.263,78	39,07	29,23
Mar/18	75,50	88,21	1.326,18	42,40	36,45
Abr/18	80,26	87,22	1.413,59	47,15	37,65
Mai/18	77,44	90,88	1.490,00	54,95	38,94
Jun/18	75,68	86,51	1.450,92	62,88	38,47
Jul/18	79,16	86,32	1.432,98	59,95	35,43
Ago/18	87,92	87,63	1.435,45	56,84	36,87
Set/18	88,98	93,58	1467,24	52,91	37,58

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
JAN/15	2.192.912	1.744.785	46.907	10.000	17.165	4.635
FEV/15	2.226.999	1.897.789	51.583	551	18.133	4.964
MAR/15	2.260.558	1.885.819	51.150	321	17.776	4.901
ABR/15	2.282.144	2.066.170	56.229	4.600	17.841	4.941
MAI/15	2.235.805	1.949.062	52.760	0	18.011	5.070
JUN/15	2.355.165	1.973.591	53.080	0	17.620	4.987
JUL/15	2.388.160	1.903.496	50.864	740	17.690	5.128
AGO/15	2.425.397	1.754.227	46.625	0	16.528	4.777
SET/15	2.343.942	1.700.335	45.059	1.350	16.285	4.620
OUT/15	2.448.624	1.678.886	45.868	1.892	17.664	5.054
NOV/15	2.465.544	1.658.564	45.120	0	17.720	5.109
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411

FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	79.342	...	26.458	8.046

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2018
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.853.587.000	14,00	3.306.968.000	36,00	1.546.619.000
1998	4.227.995.000	-13,00	4.057.589.000	23,00	170.406.000
1999	3.932.659.000	-7,00	3.699.490.000	-9,00	233.169.000
2000	4.394.161.676	0,00	4.686.228.819	0,00	-292.067.143
2001	5.320.210.841	21,07	4.928.952.244	5,18	391.258.597
2002	5.703.081.036	7,20	3.333.392.117	-32,37	2.369.688.919
2003	7.157.852.544	25,51	3.486.050.508	4,58	3.671.802.036
2004	9.405.025.640	31,39	4.026.146.368	15,49	5.378.879.272
2005	10.033.532.895	6,68	4.527.236.933	12,45	5.506.295.962
2006	10.016.337.731	-0,17	5.977.970.879	32,04	4.038.366.852
2007	12.352.857.472	23,33	9.017.987.693	50,85	3.334.869.779
2008	15.247.184.111	23,43	14.570.222.035	61,57	676.962.076
2009	11.222.826.796	-26,39	9.620.843.086	-33,97	1.601.983.710
2010	14.175.843.943	26,31	13.956.956.807	45,07	218.887.136
2011	17.394.275.271	22,70	18.767.762.576	34,47	-1.373.487.305
2012	17.709.590.951	1,81	19.387.793.769	3,30	-1.678.202.818
2013	18.239.201.710	2,99	19.345.381.499	-0,22	-1.106.179.789
2014	16.332.120.489	-10,46	17.295.813.435	-10,59	-963.692.946
2015	14.909.080.745	-8,71	12.448.504.088	-28,03	2.460.576.657
2016	15.171.099.837	1,76	11.092.307.396	-10,89	4.078.792.441
2017	18.082.394.413	19,19	11.518.546.039	3,84	6.563.848.374
JAN-AGO/2018	12.469.199.925	0,51	8.079.483.018	6,71	4.389.716.907

FORNTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2018
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	6.563.848.374	-86,22
JAN-AGO/2018	158.903.793.556	8,89	121.226.837.427	23,90	37.676.956.129	-21,65

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2011/2018 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	245,3	2.005,80	15	2.266,10	720	1.010,00	536,1
Arroz em casca	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.0240,3	1.064,7	711,6
	2017/18	711,6	12.071,00	1.050,00	13.832,60	12.000,00	1.200,00	632,6
Feijão	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	302,6	3.116,00	120	3.538,60	3.250,00	120	168,6
Milho	2011/12	4.459,6	72.979,5	774,0	78.213,1	51.894,0	22.313,7	4.005,4
	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	17.246,50	81.356,70	600	99.203,20	59.844,80	25.500,00	13.858,40
Soja em grãos	2011/12	3.020,4	66.383,0	266,5	69.669,9	36.754,0	32.468,0	447,9
	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	2.252,80	119.281,40	400	121.934,20	45.500,00	76.000,00	434,2
Farelo de Soja	2011/12	3.176,7	26.026,0	5,0	29.207,7	14.051,1	14.289,0	867,6
	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	2.855,30	31.955,00	1	34.811,30	17.500,00	16.700,00	611,3
Óleo de soja	2011/12	988,0	6.591,0	1,0	7.580,0	5.172,4	1.757,1	650,5
	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	635,6	8.092,50	40	8.768,10	7.100,00	1.450,00	218,1
Trigo	2011	2.201,6	5.788,6	6.011,8	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.987,00	5.239,00	6.300,00	13.526,00	11.005,90	300	2.220,10

Fonte: CONAB – 12º levantamento, setembro 2018. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Notas: Estimativa em agosto 2018/ Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2018
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508

FONTE: CONAB – 12º Levantamento - Safra 2017/18 (disponível em: www.conab.gov.br) Nota: Estimativa em setembro/2018.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	5,40	4,90	5,40	5,60	3,00	-0,10	5,40	4,30	3,50	3,50	3,60	3,50	3,20	3,80
África do Sul	4,60	5,30	5,60	5,40	3,20	-1,50	3,00	3,30	2,20	2,50	1,80	1,30	0,60	1,30
Alemanha	0,70	0,90	3,90	3,40	0,80	-5,60	3,90	3,70	0,70	0,60	1,90	1,50	1,90	2,50
Argentina	9,00	8,90	8,00	9,00	4,10	-5,90	10,10	6,00	-1,00	2,40	-2,50	2,70	-1,80	2,90
Bolívia	4,20	4,40	4,80	4,60	6,10	3,40	4,10	5,20	5,10	6,80	5,50	4,90	4,30	4,20
Brasil	5,80	3,20	4,00	6,10	5,10	-0,10	7,50	4,00	1,90	3,00	0,50	-3,50	-3,50	1,00
Canadá	3,10	3,20	2,60	2,10	1,00	-2,90	3,10	3,10	1,70	2,50	2,90	1,00	1,40	3,00
Chile	7,20	5,70	6,30	4,90	3,60	-1,60	5,80	6,10	5,30	4,10	1,80	2,30	1,30	1,50
China	10,10	11,30	12,70	14,20	9,60	9,20	10,60	9,50	7,90	7,80	7,30	6,90	6,70	6,90
Colômbia	5,30	4,70	6,70	6,90	3,50	1,70	4,00	6,60	4,00	4,90	4,40	3,10	2,00	1,80
Coréia do Sul	4,9	3,92	5,18	5,46	2,83	0,71	6,5	3,68	2,29	2,9	3,34	2,79	2,83	3,10
Equador	8,20	5,30	4,40	2,20	6,40	0,60	3,50	7,90	5,60	4,90	4,00	0,20	-1,50	2,70
Estados Unidos	3,80	3,30	2,70	1,80	-0,30	-2,80	2,50	1,60	2,20	1,70	2,60	2,90	1,50	2,40
França	2,80	1,60	2,40	2,40	0,20	-2,90	2,00	2,10	0,20	0,60	0,90	1,10	1,20	2,30
Índia	7,80	9,30	9,30	9,80	3,90	8,50	10,30	6,60	5,50	6,40	7,50	8,00	7,10	6,70
Indonésia	5,00	5,70	5,50	6,30	7,40	4,70	6,40	6,20	6,00	5,60	5,00	4,90	5,00	5,10
Itália	1,60	0,90	2,00	1,50	-1,10	-5,50	1,70	0,60	-2,80	-1,70	0,10	0,80	0,90	1,50
Japão	2,20	1,70	1,40	1,70	-1,10	-5,40	4,20	-0,10	1,50	2,00	0,40	1,40	0,90	1,70
México	3,90	2,30	4,50	2,30	1,10	-5,30	5,10	3,70	3,60	1,40	2,80	3,30	2,90	2,00
Paraguai	4,10	2,10	4,80	5,40	6,40	-4,00	13,10	4,30	-1,20	14,00	4,70	3,00	4,00	4,30
Peru	9,60	9,00	7,10	5,00	0,80	-4,70	8,50	11,10	4,80	8,50	5,20	6,10	3,20	7,00
Reino Unido	2,50	3,00	2,50	2,60	-0,60	-4,30	1,90	1,50	1,30	1,90	3,10	2,20	1,80	1,70
Rússia	7,20	6,40	8,20	8,50	5,20	-7,80	4,50	5,10	3,70	1,80	0,70	-2,80	-0,20	1,50
Tailândia	6,30	4,20	5,00	5,40	1,70	-0,70	7,50	0,80	7,20	2,70	1,00	3,00	3,30	3,90
Uruguai	4,60	6,80	4,10	6,50	7,20	4,20	7,80	5,20	3,50	4,60	3,20	0,40	1,50	3,10
Venezuela	18,30	10,30	9,90	8,80	5,30	-3,20	-1,50	4,20	5,60	1,30	-3,90	-6,20	-16,50	-14,00

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2004-2017

PAÍSES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	3,80	4,10	4,10	4,30	6,30	2,70	3,70	5,00	4,10	3,70	3,20	2,80	3,00	3,90
África do Sul	1,40	3,40	4,60	7,20	11,00	7,10	4,30	5,00	5,60	5,80	6,10	4,60	6,30	5,30
Alemanha	1,80	1,90	1,80	2,30	2,80	0,20	1,10	2,50	2,10	1,60	0,80	0,10	0,40	1,70
Argentina	4,40	9,60	10,90	8,80	8,60	6,30	10,50	9,80	10,00	10,60	0,80	0,10	0,40	25,70
Bolívia	4,40	5,40	4,30	6,70	14,00	3,30	2,50	9,90	4,50	5,70	5,80	4,10	3,60	2,80
Brasil	6,60	6,90	4,20	3,60	5,70	4,90	5,00	6,60	5,40	6,20	6,30	9,00	8,70	3,40
Canadá	1,80	2,20	2,00	2,10	2,40	0,30	1,80	2,90	1,50	0,90	1,90	1,10	1,40	1,60
Chile	1,10	3,10	3,40	4,40	8,70	1,50	1,40	3,30	3,00	1,90	4,40	4,30	3,80	2,20
China	3,90	1,80	1,50	4,80	5,90	-0,70	3,30	5,40	2,60	2,60	2,00	1,40	2,00	1,50
Colômbia	5,90	5,10	4,30	5,50	7,00	4,20	2,30	3,40	3,20	2,00	2,90	5,00	7,50	4,30
Coréia do Sul	2,75	2,24	2,53	4,67	2,76	2,94	4,03	2,19	1,3	1,27	0,71	0,97	2,75	...
Equador	2,70	2,20	3,30	2,30	8,40	5,20	3,60	4,50	5,10	2,70	3,60	4,00	1,70	0,40
Estados Unidos	2,70	3,40	3,20	2,90	3,80	-0,30	1,60	3,10	2,10	1,50	1,60	0,10	1,30	2,10
França	2,30	1,90	1,90	1,60	3,20	0,10	1,70	2,30	2,20	1,00	0,60	0,10	0,30	1,00
Índia	3,80	4,40	6,70	6,20	9,10	10,60	9,50	9,50	10,00	9,40	5,80	4,90	4,50	3,30
Indonésia	6,10	10,50	13,10	6,70	9,80	5,00	5,10	5,30	4,00	6,40	6,40	6,40	3,50	3,80
Itália	2,30	2,20	2,20	2,00	3,50	0,80	1,60	2,90	3,30	1,20	0,20	0,10	-0,10	1,20
Japão	0,00	-0,30	0,30	0,10	1,40	-1,30	-0,70	-0,30	-0,10	0,30	2,80	0,80	-0,10	0,50
México	4,70	4,00	3,60	4,00	5,10	5,30	4,20	3,40	4,10	3,80	4,00	2,70	2,80	6,00
Paraguai	4,30	6,80	9,60	8,10	10,20	2,60	4,70	8,30	3,70	2,70	5,00	3,10	4,10	3,60
Peru	3,70	1,60	2,00	1,80	5,80	2,90	1,50	3,40	3,70	2,80	3,20	3,50	3,60	2,80
Reino Unido	1,30	2,10	2,30	2,30	3,60	2,20	3,30	4,50	2,80	2,60	1,50	0,00	0,70	2,60
Rússia	10,90	12,70	9,70	9,00	14,10	11,70	6,90	8,40	5,10	6,80	7,80	15,50	7,00	3,70
Tailândia	2,80	4,50	4,70	2,20	5,50	-0,80	3,30	3,80	3,00	2,20	1,90	-0,90	0,20	0,70
Uruguai	9,20	4,70	6,40	8,10	7,90	7,10	6,70	8,10	8,10	8,60	8,90	8,70	9,60	6,20
Venezuela	21,70	16,00	13,70	18,70	31,40	26,00	28,20	26,10	21,10	43,50	57,30	111,80	254,40	1087,50

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.

Equipe Técnica



Marcos Meneguci

Engenheiro Industrial, executivo do setor de construção e montagem industrial e estudante de pós-graduação da FAE *Business School*.